



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E PATRIMÔNIO

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 16/2016

O Prefeito do Município de Santo Ângelo/RS, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimentos dos interessados, que até às **09h15min** do dia **17 de outubro de 2016**, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, sito à Rua Antunes Ribas, 1096, centro, estarão sendo protocolados envelopes com documentos e propostas para a execução das obras especificadas no item 1. A seguir, às **09h30min**, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria 36/SG/2016, estará reunida para o início da sessão pública. Esta licitação é do tipo menor preço e será processada nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, da Lei Complementar nº 123/2006 e demais disposições legais aplicáveis à espécie.

1. DO OBJETO

1.1 Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa para a execução, pelo regime de empreitada por preço global, dos seguintes itens:

Item 01 – Implantação de cobertura metálica na EMEI Sônia Nascimento Vieira.

Item 02 - Implantação de cobertura metálica na EMEI Ely Coelho Marchetti.

Item 03 – Implantação de cobertura metálica e execução de muro na EMEI Branca de Neve.

Item 04 – Ampliação da EMEI Modelo.

1.2 As especificações referentes às características e forma de execução da obra (memorial descritivo, projeto, orçamento e cronograma) integram este Edital em forma de anexos.

2. DO CADASTRO

2.1. Para participar da presente licitação, a empresa deverá efetuar ou atualizar seu cadastro no Município de Santo Ângelo até o terceiro dia anterior a data de abertura das propostas, devendo para isso apresentar, junto ao Setor de Cadastro, no Departamento de Compras e Patrimônio, os seguintes documentos:

2.1.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

2.1.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no CNPJ;

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Dívida Ativa da União e com o Sistema de Seguridade Social – INSS (CND), mediante a apresentação de Certidão Conjunta, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional do domicílio ou sede da licitante.

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Tributos Municipais do domicílio ou sede da licitante;

e) Prova de regularidade para com o Sistema de Seguridade Social – INSS (CND), somente se as contribuições sociais não estiverem englobadas na Prova de Regularidade com a Fazenda Federal.

f) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CRS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais constituídos por lei.

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (Lei 12.440/11).

2.1.3. Relativos à Qualificação Técnica:

a) Certidão de registro da empresa no CREA e/ou no CAU. Se a empresa for oriunda de outra jurisdição e, conseqüentemente, for registrada no CREA de origem, deverá apresentar, no momento da assinatura do contrato, no

caso de ser vencedora do certame, visto junto ao CREA e/ou CAU/RS;

b) Indicação do responsável técnico através de declaração da empresa, onde deverá constar o nome do profissional e o seu número de registro no CREA ou CAU (modelo anexo).

c) atestado de capacitação técnica em nome do responsável técnico da empresa, registrado no CREA e/ou CAU, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o mesmo executou, satisfatoriamente, contrato com objeto compatível com o ora licitado, em características, quantidades e prazos;

d) comprovação de que o responsável técnico indicado possui vínculo empregatício ou social com a empresa licitante, a ser feita através da apresentação da Ficha de Registro de Empregado autenticada no DRT (Delegacia Regional do Trabalho) e carteira de trabalho, ou contrato de trabalho. Em se tratando de sócio ou diretor, a comprovação será feita através do contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente.

e) indicação das instalações e do aparelhamento, adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação (modelo anexo).

f) comprovação de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais a ser feita através de Atestado de Visita e/ou Declaração de Conhecimento (modelos anexos).

Observações: a)em relação às alíneas b e c, considera-se compatível o objeto cuja complexidade seja similar ao objeto licitado e sua execução guarde proporcionalidade entre a área executada e o período utilizado para tanto: b) a prova de capacitação técnica da empresa e do responsável técnico pode se dar em atestados separados ou em um único documento.

2.1.4. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, cujos índices mínimos aceitáveis estão abaixo informados e serão apurados pela aplicação da fórmula abaixo:

ÍNDICES MÍNIMOS ACEITÁVEIS:			
a) ILC - Índice de Liquidez Corrente \geq a 1,00			
b) ILG - Índice de Liquidez Geral \geq a 1,00			
c) IEG - Índice de Endividamento Geral \leq 0,50			
FÓRMULAS PARA AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE FINANCEIRA			
Nº.	DENOMINAÇÃO	FÓRMULA	ÍNDICE
1	Liquidez Corrente	$ILC = (AC / PC)$	
2	Liquidez Geral	$ILG = (AC + ARLP) / (PC + PELP)$	
5	Endividamento Geral	$IEG = (PC + PELP) / AT$	
Identificação dos Termos das Fórmulas			
AC	Ativo Circulante		
ARLP	Ativo Realizável a Longo Prazo		
AP	Ativo Permanente		
PC	Passivo Circulante		
PELP	Passivo Exigível a Longo Prazo		
PL	Patrimônio Líquido		

NOTAS

Os índices de liquidez medem a capacidade que a licitante tem em saldar seus compromissos a curto e longo prazo. O índice de endividamento geral serve para determinar o percentual de capital próprio e de terceiros que formam o balanço.

Para contratação de obras e serviços na Prefeitura Municipal de Santo Ângelo através de Licitação no Departamento de Compras e Patrimônio, fica padronizada a exigência dos coeficientes desta planilha.

Os cálculos deverão ser apresentados em folha anexa ao balanço e assinada por profissional contábil devidamente habilitado (a):

b) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 30 dias anteriores à data da entrega dos envelopes.

2.1.5. Relativos às Declarações

a) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

b) Declaração de que não foi declarado inidôneo para celebrar contrato com a administração pública.

2.2 A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30 de abril de 2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio, apresentar Certidão expedida pela Junta Comercial, ou Declaração (modelo anexo) firmada por contador de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte. Em caso de cooperativas deverá atender, também, à Lei 11.488/2007, artigo 34.

2.3 A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 2.2, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos neste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em dois dias úteis, a contar da data em que for declarada vencedora do certame.

2.4 O benefício de que trata o item anterior não exime a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

2.5 O prazo de que trata o item 2.3 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

2.6 A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 2.3, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

2.7 Os documentos constantes dos itens 2.1.1 a 2.1.4, poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião ou por funcionário do Setor de Licitações do Município ou publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos do item 2.1.2 poderão, ainda, serem extraídos de sistemas informatizados (internet), ficando sujeitos a verificação de sua autenticidade pela Administração.

2.8 Caso algum dos documentos constantes do item 2.1.2 (regularidade fiscal) vença entre o último dia para cadastro e o dia da abertura da licitação, o mesmo poderá ser colocada dentro do envelope nº. 01.

2.9 Se o proponente se fizer representar, deverá anexar ao Certificado de Registro Cadastral, dentro do envelope nº. 01, procuração ou carta de credenciamento (modelo anexo), outorgando poderes ao representante para decidir a respeito dos atos constantes da presente licitação.

3. DA PROPOSTA FINANCEIRA

3.1 A proposta financeira deverá ser assinada pelo representante legal da empresa, ser redigida em linguagem clara e sem rasuras, devendo informar o preço global que contemple todos os custos para a execução da obra objeto desta licitação, como material e mão de obra, inclusive BDI (impostos, taxas, contribuições sociais, lucro do empreendimento, etc.).

3.1.1 A proposta deve vir acompanhada de Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e BDI detalhado, devidamente assinados pelo representante legal da empresa e pelo técnico responsável pelo acompanhamento da obra.

3.2 O prazo de validade da proposta é de 60 dias corridos a contar da data aprezada para sua entrega. As propostas que o omitirem ou indicarem prazo de validade inferior ao mínimo permitido serão entendidas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias corridos.

3.3 Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

4. DA APRESENTAÇÃO E CONTEÚDO DOS ENVELOPES

Os documentos de habilitação e a proposta financeira deverão ser apresentados em envelopes distintos e lacrados, numerados de 01 a 02, para o que se sugere a seguinte inscrição:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANGELO
TOMADA DE PREÇO Nº 16/2016
ENVELOPE Nº. 01 – HABILITAÇÃO
NOME DO PROPONENTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANGELO
TOMADA DE PREÇO Nº 16/2016
ENVELOPE Nº. 02 – PROPOSTA FINANCEIRA
NOME DO PROPONENTE:

4.1.1. O ENVELOPE Nº. 01 – HABILITAÇÃO deverá conter:

- a) Certificado de Registro Cadastral emitido pelo Município de Santo Ângelo.
- b) Procuração ou carta de credenciamento (modelo anexo), outorgando poderes ao representante para decidir a respeito dos atos da licitação, se o proponente se fizer representar.
 - b.1) A não apresentação de credenciamento de representante não será motivo de inabilitação da empresa que, neste caso, ficará apenas impedida de se manifestar durante os trabalhos.

4.1.2. O ENVELOPE Nº. 2 - PROPOSTA FINANCEIRA deverá conter:

- a) Proposta financeira, Planilhas de custos detalhadas conforme as apresentadas pelo Município, atendendo no mínimo ao ali especificado, cronograma físico financeiro, BDI detalhado, devidamente assinadas pelo representante legal da empresa e pelo responsável técnico, cujo nome, título e registro no CREA, deverão constar de maneira legível e clara no documento, de cada item.

5. DO JULGAMENTO

5.1 Esta licitação é do tipo menor preço por item e o julgamento será realizado pela Comissão de Licitações, em observância ao previsto nos artigos 43 e 44 e seus incisos e parágrafos da Lei 8.666/93, levando em consideração o menor preço global.

5.2 Serão desclassificadas as propostas apresentadas em desconformidade com este edital, bem como com preço unitário e/ou global superestimado ou inexequível.

6. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

6.1 Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atendam ao item 2.2 deste edital, com observância ao previsto nos artigos 44 e 45 e seus incisos e parágrafos da Lei Complementar 123/2006.

6.2 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

6.3 Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- b) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.2, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- c) no caso de equivalência entre os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se enquadrem na hipótese do subitem 6.2, será realizado sorteio entre elas para definir a que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.4 Na hipótese da não contratação nos termos previstos nesta Lei Complementar, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

6.5 O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não for apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.6 As demais situações de empate terão como critério de desempate o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

7. DOS RECURSOS

Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do art. 109 da Lei 8.666/93.

8. DOS PRAZOS

8.1. A vencedora da licitação terá o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93.

8.2 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

8.3 Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços ou então revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

8.4 Os prazos para execução das obras serão os seguintes: Item 01 - 60 dias; Item 02 – 60 dias; item 03 – 60 dias e item 04 – 90 dias, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado por iguais períodos.

9. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

9.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada qual pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Contratante especialmente designado.

9.3 A contratada deverá manter livro diário de obras atualizado junto ao canteiro de obras, o qual deverá ser apresentado aos representantes (prepostos da CONTRATANTE) sempre que solicitado, onde serão anotadas todas as alterações relacionadas a projeto, orçamentos, memoriais descritivos, cronograma físico-financeiro, números de empregados na obra, condições climáticas e outros apontamentos relativos à execução do contrato, que deverá ser assinado pelo contratante e pelo contratado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassem a competência dos representantes deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

9.4 A contratada deverá:

- a) manter no local da obra ou serviço, preposto, aceito pela Contratante, para representá-la na execução do contrato. O preposto deverá ser profissional legalmente habilitado, registrado no CREA, conforme documentação apresentada para o cadastro desta licitação.
- b) manter um escritório fixo na cidade durante o andamento das obras, onde deverá ficar disponível toda a documentação relativa a obra, bem como registro de empregados e documentos conexos.
- c) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- d) assumir a responsabilidade pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- e) responsabilizar-se, para início da obra, pela matrícula no INSS e também no CREA bem como, ao final, a sua baixa.

Observação: A contratada deverá apresentar o comprovante de matrícula no INSS e também a ART expedida pelo CREA, no momento da assinatura da Ordem de Serviço.

- f) assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

Observação: a inadimplência da contratada com referência aos encargos referidos neste item, não transfere à contratante a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

- g) A contratada, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela contratante. Neste caso deverá ser feita uma solicitação por escrito devidamente justificada ao preposto do Município.

10. DAS PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

- a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar com a Administração pelo prazo de 1 ano e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- b) deixar de manter a proposta (recusa injustificada de contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 1 ano e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- c) pelo atraso injustificado no início dos serviços, na sua entrega total ou de suas etapas, além dos prazos

estipulados neste edital, será aplicada multa na razão de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até 15 (dez) dias consecutivos, após o qual será considerado inexecução contratual.

d) no caso de inexecução parcial do contrato ou execução em desacordo com o solicitado, será aplicada multa de 8% (oito por cento), cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 ano.

e) no caso de inexecução total do contrato será aplicada multa de 10% (dez por cento) cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 anos.

f) se causar prejuízo material resultante diretamente da execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato.

10.2 Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Observação: as multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

11. DO PAGAMENTO

11.1 - A empresa executora dos serviços e/ou obras deverá entregar no município licitante, os documentos abaixo listados, quando emitir nota fiscal de serviço correspondente ao objeto licitado e após laudo emitido pelo Técnico deste Município.

Primeira parcela - Prova de regularidade relativa à seguridade social (INSS), prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), referente à execução da obra e cópia do diário de obra; Cópia da GFIP-SEFIP e matrícula CEI.

Para cada parcela seguinte a empresa vencedora deverá apresentar - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e cópia do diário de obra; cópia da GFIP-SEFIP.

Ultima parcela - Apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a CND (Certidão Negativa de Débito) da obra junto ao INSS e entrega do diário de obra; Cópia da GFIP-SEFIP e liberação da ART no CREA.

11.2 – O Município procederá na retenção de ISS de acordo com o Código Tributário Municipal e as demais retenções relativas a tributos ou contribuições legais.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

10 – Secretaria Municipal de Educação:

413 2,032 4490 51 00 00 000 – Vinculação 20 – MDE.

415 2,032 4490 51 00 00 000 – Vinculação 31 – FUNDEB.

13. RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

13.1 Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, dentro de 15 dias da comunicação escrita da contratada;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou de vistoria, prazo este de, no máximo, 90 dias, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

13.2 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do contrato.

13.3 Salvo disposições em contrário, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para boa execução do objeto do contrato, correm por conta da contratada.

13.4 A contratante rejeitará no todo ou em parte, obra ou serviço, se em desacordo com o contrato, memoriais ou este edital.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos à habilitação, não serão admitidos à licitação os participantes retardatários.

14.2 Só terão direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão Julgadora.

14.3 É facultado à Comissão de Licitação, em qualquer fase da Licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do procedimento licitatório, ou solicitar esclarecimentos adicionais aos licitantes, que deverão ser satisfeitos no prazo máximo de 24 horas.

14.4 A Administração municipal poderá revogar a presente licitação por interesse público, bem como anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocações de terceiros.

14.5 A anulação do procedimento licitatório, por motivo de ilegalidade, não gera obrigação de indenizar, por parte do órgão ou entidade promotora de licitação, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 da Lei no. 8666/93 de 21 de junho de 1993 alterada pela Lei 8.883/94.

14.6 Constituem anexos e fazem parte integrante deste edital:

- MODELO DE PROPOSTA;
- projeto básico; memorial descritivo; planilha de orçamento, cronograma, etc;
- minuta de contrato;
- modelos de declarações e de outros documentos.

14.7 Informações sobre o edital poderão ser solicitadas no Departamento de Compras e Patrimônio, através do telefone (055 3312-0136), no horário compreendido entre as 08h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min, de segunda a sexta-feira, até 02 dias úteis antes da data marcada para recebimento dos envelopes. Informações técnicas das obras poderão ser solicitadas na Secretaria Municipal de Obras, junto ao Setor de Engenharia, através do telefone (055 3312-1995), no mesmo horário.

14.8 O edital poderá ser retirado no sítio www.santoangelo.rs.gov.br link – licitações, ou solicitado por e-mail licitacao@santoangelo.rs.gov.br.

Santo Ângelo/RS, 22 de setembro de 2016.

Luiz Valdir Andres
Prefeito

Nos termos do artigo 38, parágrafo único da Lei nº 8.666/93, o presente edital foi examinado e aprovado pela Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Santo Ângelo – RS, por atender aos requisitos legais.

PROPOSTA FINANCEIRA

DADOS DA EMPRESA		
Razão Social:		Endereço:
Banco:	Agência:	Conta Corrente:
Fone/Fax:	Email:	
DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO		
Nome:	RG:	CPF:
Cargo/Função:	Telefone:	
DADOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DA EMPRESA		
Nome:	Crea:	
ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL R\$
01	Implantação de cobertura metálica na EMEI Sônia Nascimento Vieira. Materiais: Mão de obra:	
02	Implantação de cobertura metálica na EMEI Ely Coelho Marchetti. Materiais: Mão de obra:	
03	Implantação de cobertura metálica e execução de muro na EMEI Branca de Neve. Materiais: Mão de obra:	
04	Ampliação na EMEI Modelo. Materiais: Mão de obra:	

Validade da proposta: 60 dias.

Declaramos expressamente que os impostos, taxas e demais encargos, bem como todas as despesas relativas à execução eficiente e integral do objeto da presente licitação, encontram-se inclusos nos preços ofertados. Declaramos aceitar todas as condições e cláusulas constantes do edital de licitação e nos responsabilizamos pela correta execução dos serviços e fiel observância das especificações técnicas.

.....,dede 2016.

Assinatura do representante legal da empresa

Nome completo:

Cargo ou função:

EMPRESA:

CNPJ/MF:

ENDEREÇO:

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente credenciamos o (a) Sr. (a)....., portador (a) da Cédula de Identidade nº....., para participar da **Tomada de Preço nº 16/2016**, podendo praticar todos os atos inerentes ao referido procedimento, no que diz respeito aos interesses da representada.

....., em.....de.....de 2016.

Assinatura do representante legal da empresa.

Nome completo:

Cargo ou função

EMPRESA:

CNPJ/MF N°

ENDEREÇO:

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO como ME, EPP ou COOPERATIVA

Declaramos, sob as penas da lei e para fins de direito ao uso dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, que a empresa acima identificada se enquadra como:

() **microempresa**

() **empresa de pequeno porte**

() **cooperativa, com receita bruta até o limite de R\$2.400.000,00 e esta de acordo com o art. 34 da lei nº 11.488 de 15 de junho de 2007.**

Por ser expressão da verdade, eu Contador (a) com registro no CRC – RS nº firmo a presente.

.....de.....de 2016.

Assinatura do contador

Nome completo:

Assinatura do representante legal da empresa.

Nome completo:

Cargo ou função

EMPRESA:

CNPJ/MF N°

ENDEREÇO:

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos, sob as penas da lei, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, não havendo fatos impeditivos de nossa participação na Tomada de Preço nº 16/2016.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

.....,de de 2016.

Assinatura do representante legal da empresa.

Nome completo:

Cargo ou função

EMPRESA:

CNPJ/MF N°

ENDEREÇO:

DECLARAÇÃO INCISO XXXIII art. 7º CF

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Licitante, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal combinado com o inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, de que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em um trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir dos 14 anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

....., emdede 2016.

Assinatura do representante legal da empresa.

Nome completo:

Cargo ou função

EMPRESA:

CNPJ/MF N°

ENDEREÇO:

DECLARAÇÃO DE RENUNCIA AO PRAZO RECURSAL

Declaramos, para fins de direito, que, se habilitados nesta Tomada de Preço nº 16/2016, renunciamos ao prazo recursal previsto em lei.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Santo Ângelo, ____ de _____ de 2016.

Assinatura do representante legal da empresa.
Nome completo:
Cargo ou função

EMPRESA:

CNPJ/MF:

ENDEREÇO:

ATESTADO DE VISITA

Atestamos, para fins de participação na Tomada de Preço nº 16/2016, que o (a) **responsável técnico (a)** da empresa acima qualificada, Sr (a) visitou o local das obras no dia do mês de de 2016. E por ser este verdadeiro assinam:

Representante do Município:

Nome:

Matrícula:

Responsável técnico da empresa:

Nome:

CREA/RS:

Representante legal da empresa:

Nome:

CPF

EMPRESA:

CNPJ/MF:

ENDEREÇO:

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

Declaramos, sob as penas da lei, que temos pleno conhecimento dos serviços a serem executados, das normas do edital, das especificações técnicas e da minuta de contrato referente à Tomada de Preço nº 16/2016, e que nos sujeitamos a todas as condições estabelecidas.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em ____ de _____ de 2016.

Assinatura do responsável técnico da empresa.

Nome completo:

CREA/RS N°:

Assinatura do representante legal da empresa.

Nome completo:

Cargo ou função



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E PATRIMÔNIO

Anexo IX

MINUTA DE CONTRATO - EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 16/2016
EXECUÇÃO DE OBRA POR EMPREITADA GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Rua Antunes Ribas 1001, CGC/MF 87.613.071/0001-48, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, LUIZ VALDIR ANDRES, brasileiro, casado, portador do CPF 043.088.910-00, CI 1001879871, residente na Rua 15 de Novembro, 1868, nesta cidade, adiante denominado CONTRATANTE e a empresa, pessoa jurídica de direito privado, localizada na..... na cidade de -, portadora do CNPJ/MF Nº, neste ato representada por seu representante legal portador do RG Nº , CPF residente e domiciliado na cidade de – .. na, a seguir denominada CONTRATADA, celebram o presente contrato, vinculado à Tomada de Preço nº 16/2016 e à proposta vencedora, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

PRIMEIRA – O presente contrato tem por objeto o seguinte:, de acordo com as especificações do projeto e do memorial descritivo fornecidos pela CONTRATANTE e que é parte integrante do presente contrato, para todos os efeitos legais, como se estivesse transcrito.

SEGUNDA – Os serviços objeto deste contrato deverão ser iniciados, pela CONTRATADA, no prazo definido na Ordem de Serviço a ser expedida pela CONTRATANTE.

TERCEIRA - O preço para o presente ajuste é de R\$, constante da proposta vencedora, aceito pela CONTRATADA, entendido como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto, conforme cronograma físico-financeiro anexado ao presente instrumento.

§ único - O Município reterá 3% (três por cento) sobre o total da mão de obra, a título de ISS, nos termos da legislação Municipal. Também poderá haver outras retenções, relativas a tributos ou contribuições conforme especificado em leis.

QUARTA – O pagamento será efetuado após medições realizadas, de acordo com o cronograma físico-financeiro da execução, ocorrendo no prazo de até 20 dias úteis após o recebimento da fatura, acompanhada de documento hábil de verificação da efetiva prestação do serviço, aprovado pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato e pelo secretário da secretaria pertinente. Para o efetivo pagamento ainda deverão conter os seguintes documentos, como segue:

Primeira parcela - Prova de regularidade relativa à seguridade social (INSS), prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), referente à execução da obra e cópia do diário de obra; Cópia da GFIP-SEFIP e matrícula CEI.

Para cada parcela seguinte a empresa vencedora deverá apresentar - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e cópia do diário de obra; cópia da GFIP-SEFIP.

Ultima parcela - Apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a CND (Certidão Negativa de Débito) da obra junto ao INSS e entrega do diário de obra; Cópia da GFIP-SEFIP e liberação da ART no CREA.

§ 1º Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o Município deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

QUINTA – A CONTRATADA aceita todas as condições impostas no memorial descritivo, projeto, cronograma e demais anexos, que também passam a integrar o presente contrato, comprometendo-se, ainda, a obedecer às

normas técnicas da ABNT, no que tange à segurança, solidez e perfeita execução das obras objeto deste contrato, o que não exime a CONTRATADA das disposições do art. 618 do Código Civil Brasileiro.

SEXTA - A CONTRATADA fornecerá por sua conta própria, além do trabalho técnico, o pessoal, as ferramentas e materiais necessários, incumbindo-se igualmente da limpeza e da remoção dos materiais de acordo com o estipulado no edital, memorial e proposta apresentada.

SÉTIMA - Durante a execução dos serviços deverá ser efetuado um diário de obras assinado pelas partes.

OITAVA - Responderá a CONTRATADA, em relação a terceiros, pelos danos que resultem de sua imperícia ou negligência e pela culpa de seus empregados, de acordo com os princípios gerais de responsabilidade, bem como é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais da execução do contrato.

NONA - A contratada, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá sub-contratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela contratante. Neste caso deverá ser feita uma solicitação por escrito devidamente justificada ao preposto do Município.

DÉCIMA - Os prazos para execução das obras serão os seguintes: : Item 01 - 60 dias; Item 02 – 60 dias; item 03 – 60 dias e item 04 – 90 dias, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado por iguais períodos, salvo as condições climáticas, ou outro fato superveniente, devidamente comprovado, não permitirem a fiel execução dos prazos estipulados, hipótese em que, igualmente, não haverá correção dos valores contratados, que serão pagos conforme o valor apurado na data do seu vencimento de acordo com o cronograma de execução do contrato.

DÉCIMA PRIMEIRA – O objeto se estiver de acordo com o edital, da proposta e do contrato, será recebido:

- a) provisoriamente pelo responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, no prazo de 15 dias, contados a partir da comunicação escrita da CONTRATADA.
- b) definitivamente por pelo responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria, prazo este de no máximo 90 dias, desde que comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais.

DÉCIMA SEGUNDA - Para todos os efeitos legais, o Responsável Técnico (a) da CONTRATANTE é, registrado (a) no CREA/RS sob nºo qual terá, além das atribuições legais, o encargo específico de acompanhar e fiscalizar a execução da obra, e, pela CONTRATADA ficará como responsável técnico, registrado (a) no CREA/RS sob nº, de acordo com a documentação apresentada para cadastro, que ficará no local da obra para representá-la na execução do contrato.

DÉCIMA TERCEIRA - Pela inexecução total ou parcial do contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

- c) pelo atraso injustificado no início dos serviços, na sua entrega total ou de suas etapas, além dos prazos estipulados neste edital, será aplicada multa na razão de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até 15 (dez) dias consecutivos, após o qual será considerado inexecução contratual.
- d) no caso de inexecução parcial do contrato ou execução em desacordo com o solicitado, será aplicada multa de 8% (oito por cento), cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 ano.
- e) no caso de inexecução total do contrato será aplicada multa de 10% (dez por cento) cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 anos.
- f) se causar prejuízo material resultante diretamente da execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato.

12.2 Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Observação: as multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato e serão descontadas dos pagamentos, a critério exclusivo do Município e, quando for o caso, cobradas judicialmente.

DÉCIMA QUARTA – Será rescindido o presente contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem qualquer direito a indenização por parte da CONTRATADA, se esta:

- a) Não cumprir regularmente quaisquer obrigações assumidas neste contrato;
- b) fusionar, cindir ou incorporar-se a outra empresa;
- c) executar os serviços com imperícia técnica;
- d) falir, requerer concordata ou for instaurada insolvência civil;
- e) paralisar ou cumprir lentamente os serviços, sem justa causa, por mais de 15 dias consecutivos;
- f) demonstrar incapacidade, desaparelhamento, inidoneidade técnica ou má fé;
- g) atrasar, injustificadamente o início dos serviços;

Parágrafo único – Este contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo, atendida a conveniência do Município, mediante termo próprio, recebendo a CONTRATADA o valor dos serviços já executados.

DÉCIMA QUINTA - As despesas decorrentes da execução do presente contrato serão suportadas pelas seguintes dotações orçamentárias:

10 – Secretaria Municipal de Educação:

413 2,032 4490 51 00 00 000 – Vinculação 20 – MDE.

415 2,032 4490 51 00 00 000 – Vinculação 31 – FUNDEB.

DÉCIMA SEXTA - A legislação aplicável ao presente contrato e os casos omissos, serão regidos pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993 e demais normas jurídicas atinentes a matéria.

DÉCIMA SÉTIMA – Para as questões de litígio decorrentes do presente contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Santo Ângelo, com exclusão de qualquer outro, por mais especializado que seja.

E, por estarem as partes em pleno acordo em tudo que se encontra lavrado neste instrumento particular, assinam o presente contrato em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que surta os jurídicos e legais efeitos.

Santo Ângelo, em ...de2016.

Luiz Valdir Andres
CONTRATANTE

.....
CONTRATADO

TESTEMUNHAS: _____

Nos termos do artigo 38, parágrafo único da Lei nº 8.666/93, o presente contrato foi examinado e provado pela Assessoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Santo Ângelo – RS, por atender aos requisitos legais.

**RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL
TOMADA DE PREÇO Nº 16/2016.**

Razão Social: _____

CNPJ Nº _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Cidade: _____ Estado: _____ Telefone: _____ Fax: _____

Pessoa para contato: _____

Recebemos, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, ___ de _____ de 2016.

Assinatura

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre o Departamento de Compras e Licitações e a licitante, solicitamos de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital e remeter por meio do **fax 55 3312-0136** e-mail: **licitacao@santoangelo.rs.gov.br** ou pessoalmente na Prefeitura Municipal de Santo Ângelo.

A não remessa do recibo exime a Comissão Permanente de Licitações da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.